

EDUCAÇÃO INFANTIL PARA TODOS: UM OLHAR À LUZ DO CENSO ESCOLAR 2023

Mary Luce Marinho da Costa Santos¹

RESUMO: Este artigo aborda os avanços e desafios da inclusão na educação infantil no Brasil, com base em dados do Censo Escolar 2023. A educação inclusiva, fundamentada nos princípios de equidade e diversidade, visa garantir o direito à educação de qualidade para todas as crianças, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas. O estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas voltadas à inclusão, com destaque para a evolução das matrículas em classes comuns e a infraestrutura das escolas. A metodologia adotada é uma pesquisa documental, de natureza qualitativa, que utiliza dados do Censo Escolar, documentos legais como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), além de literatura acadêmica de referência. Os resultados apontam avanços significativos, como o aumento de 48% nas matrículas de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) entre 2022 e 2023 e a redução de matrículas em classes especiais. No entanto, permanecem desafios relacionados às desigualdades regionais, à formação de professores e à carência de infraestrutura inclusiva, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. A discussão destaca a importância de investimentos estruturais e culturais para a efetivação da inclusão. Conclui-se que, apesar dos progressos, a inclusão ainda demanda esforços coletivos e ações direcionadas para superar barreiras estruturais e culturais, promovendo uma educação mais equitativa e inclusiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Educação infantil. Censo Escolar. Diversidade.

1287

ABSTRACT: This article addresses the advances and challenges of inclusion in early childhood education in Brazil, based on data from the 2023 School Census. Inclusive education, founded on the principles of equity and diversity, aims to guarantee the right to quality education for all children, regardless of their physical or cognitive conditions. The study aims to analyze public policies for inclusion, emphasizing the evolution of enrollments in regular classes and school infrastructure. The methodology adopted is a qualitative documentary research, using data from the School Census, legal documents such as the National Education Plan (PNE) and the Brazilian Inclusion Law (LBI), in addition to academic literature. The results show significant progress, such as a 48% increase in enrollments of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) between 2022 and 2023 and a reduction in enrollments in special classes. However, challenges remain related to regional inequalities, teacher training, and the lack of inclusive infrastructure, especially in the North and Northeast regions. The discussion highlights the importance of structural and cultural investments for effective inclusion. It is concluded that, despite progress, inclusion still demands collective efforts and targeted actions to overcome structural and cultural barriers, promoting a more equitable and inclusive education.

Keywords: Inclusive education. Early childhood education. School Census. Diversity.

¹ Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, Ceará, Brasil.

I INTRODUÇÃO

A educação infantil é uma etapa crucial para o desenvolvimento integral da criança, sendo o alicerce para sua formação cognitiva, emocional e social. Esse movimento busca garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais, tenham acesso a um ambiente escolar que respeite suas especificidades e potencialidades. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) são marcos legais que reforçam o compromisso do Estado em assegurar o direito à educação inclusiva, especialmente nos primeiros anos de vida.

Nesse contexto, a inclusão assume um papel transformador, ao promover o acolhimento da diversidade e a construção de uma sociedade mais empática e igualitária. No entanto, a implementação de práticas inclusivas enfrenta desafios significativos, como a adequação da infraestrutura escolar, a formação de professores e a superação de preconceitos estruturais. A verdadeira inclusão vai além da matrícula no sistema regular: exige currículos flexíveis, metodologias adaptadas e uma mudança na cultura escolar. Quando bem implementada, beneficia não apenas crianças com necessidades específicas, mas todos os alunos, promovendo valores como respeito e colaboração desde os primeiros anos de vida.

O Censo Escolar, principal instrumento de coleta de informações sobre a educação básica no Brasil, oferece dados valiosos para a análise da inclusão na educação infantil. A partir dos dados mais recentes, é possível traçar um panorama das políticas públicas, dos avanços alcançados e das lacunas que ainda persistem. Esses dados revelam tendências importantes, como o aumento das matrículas de crianças com deficiência em classes comuns e as disparidades regionais no acesso a uma educação de qualidade.

Apesar dos avanços registrados nos últimos anos, os desafios para a inclusão plena na educação infantil são inúmeros. A falta de infraestrutura adequada, a ausência de recursos pedagógicos adaptados e a carência de professores qualificados são obstáculos recorrentes. Além disso, as desigualdades regionais acentuam ainda mais a exclusão, penalizando principalmente crianças em áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste do país.

A análise dos dados do Censo Escolar 2023 aponta para um aumento expressivo no número de matrículas de crianças com deficiência, especialmente em classes comuns. Esse crescimento é um reflexo das políticas públicas voltadas para a inclusão, mas também evidencia a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura e formação docente. Nesse sentido,

é essencial compreender como esses dados dialogam com as práticas pedagógicas nas escolas e como podem subsidiar políticas públicas mais efetivas.

Outro aspecto relevante é o papel das famílias na construção de uma educação inclusiva. A parceria entre escola e família é fundamental para o desenvolvimento das crianças, sobretudo aquelas com deficiência. O envolvimento das famílias contribui para a superação de barreiras e para a criação de um ambiente acolhedor e estimulante. No entanto, a falta de informação e de apoio às famílias ainda é um desafio a ser enfrentado.

A inclusão na educação infantil não se limita a questões estruturais; ela envolve também uma mudança cultural profunda. É necessário desconstruir preconceitos e promover uma visão de que todas as crianças têm direito ao aprendizado e à convivência em um ambiente diverso. Essa mudança requer o engajamento de toda a comunidade escolar e da sociedade como um todo.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar os dados do Censo Escolar 2023 à luz da inclusão na educação infantil, destacando os avanços, os desafios e as perspectivas futuras. A partir dessa análise, busca-se oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas e para a prática pedagógica, com vistas à construção de uma educação mais inclusiva e equitativa.

1289

Assim, refletir sobre a inclusão na educação infantil é também refletir sobre o futuro da sociedade. Investir na inclusão significa criar condições para que todas as crianças, sem exceção, possam desenvolver plenamente seu potencial, contribuindo para um mundo mais justo, solidário e democrático. Este trabalho, portanto, é um convite à reflexão e à ação em prol de uma educação que acolha e valorize a diversidade.

2 METODOLOGIA

Este artigo se caracteriza como uma pesquisa documental, de natureza qualitativa, que tem como objetivo analisar os avanços, desafios e desigualdades relacionadas à inclusão na educação infantil no Brasil, com base nos dados do Censo Escolar 2023. A escolha da abordagem documental justifica-se pela relevância dos dados oficiais fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), amplamente reconhecido como uma fonte confiável para o entendimento do panorama educacional brasileiro. Além disso, foram analisados documentos normativos, como o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), bem como publicações científicas de referência que abordam os conceitos de inclusão e diversidade.

Os dados foram coletados por meio do portal oficial do INEP, que disponibiliza relatórios técnicos, notas estatísticas e tabelas de dados referentes ao Censo Escolar 2023. Complementarmente, foram utilizadas publicações acadêmicas que tratam de educação inclusiva e diversidade, com destaque para as obras de autores como Paulo Freire, Mittler e Skliar. A coleta envolveu a extração de dados quantitativos relacionados às matrículas de crianças com deficiência, percentuais de inclusão em classes comuns e indicadores de infraestrutura escolar. Essas informações foram organizadas em tabelas e gráficos, permitindo visualizar tendências e comparações entre diferentes anos, regiões e localizações urbanas e rurais.

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa e interpretativa. Inicialmente, os dados quantitativos foram examinados para identificar padrões, avanços e lacunas, considerando os números de matrículas e os indicadores de inclusão. Esses resultados foram interpretados à luz do contexto político e educacional brasileiro, com base em uma revisão bibliográfica que discute os conceitos de equidade, diversidade e políticas públicas. Essa análise permitiu correlacionar os dados obtidos com as discussões teóricas e legais, destacando os impactos das políticas públicas voltadas à inclusão.

1290

Apesar de sua abrangência, o estudo apresenta algumas limitações. O Censo Escolar, embora detalhado, não fornece informações qualitativas sobre práticas pedagógicas inclusivas ou sobre o impacto da inclusão na aprendizagem e no bem-estar dos alunos. Além disso, este trabalho não incluiu dados coletados diretamente de escolas ou entrevistas com professores, gestores e famílias, concentrando-se exclusivamente em fontes documentais. Assim, os resultados apresentados oferecem um panorama baseado nos dados oficiais, mas carecem de aprofundamento empírico sobre a realidade cotidiana das escolas.

A escolha pela pesquisa documental e pela abordagem qualitativa justifica-se pela possibilidade de oferecer uma análise crítica e fundamentada dos dados disponíveis. Essa metodologia permite não apenas descrever as informações numéricas, mas também contextualizá-las em relação às políticas públicas, à legislação e às práticas educacionais voltadas à inclusão. Dessa forma, o estudo busca contribuir para a reflexão sobre os desafios e possibilidades da inclusão na educação infantil, fornecendo subsídios para futuras pesquisas e para a formulação de políticas educacionais mais equitativas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A concepção de educação inclusiva ultrapassa a simples inserção física dos alunos no espaço escolar, exigindo a garantia de uma educação de qualidade, com respeito às diferenças e à diversidade (Mittler, 2003). Essa perspectiva defende que a escola deve ser um espaço acessível a todos, promovendo a equidade no acesso, permanência e sucesso escolar.

A educação inclusiva demanda, portanto, a transformação das práticas pedagógicas e a ruptura com modelos homogeneizantes, assegurando que cada aluno desenvolva seu potencial em um ambiente acolhedor e estimulante. Essa abordagem não só beneficia estudantes com deficiências, mas enriquece toda a comunidade escolar, fortalecendo uma cultura de empatia e aprendizagem colaborativa.

Segundo Freire (1996), a educação inclusiva exige uma prática pedagógica que valorize as especificidades de cada aluno, reconhecendo suas singularidades e potencialidades. Para o autor, a inclusão não se limita a adaptações físicas, mas abrange um olhar crítico sobre o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa. Essa visão está alinhada ao conceito de equidade, que implica oferecer condições diferenciadas para que todos possam atingir os mesmos objetivos.

Freire (1996) reforça que a verdadeira inclusão só se concretiza quando a escola assume um compromisso político-pedagógico com a transformação social. Isso significa superar a lógica da assimilação – em que o aluno diferente deve se adaptar ao sistema – e adotar uma postura dialógica, em que educadores e educandos aprendem juntos, a partir das diferenças. Nesse processo, o currículo não pode ser rígido, mas sim um instrumento dinâmico, capaz de se reinventar diante das necessidades e contribuições de cada indivíduo. A inclusão, portanto, deixa de ser um discurso marginal e passa a ser um eixo estruturante da prática educativa, questionando hierarquias e democratizando o saber.

Para o autor, a educação inclusiva exige uma ruptura com a cultura da padronização, que historicamente excluiu quem foge à norma. A escola não pode reproduzir as desigualdades sociais, mas deve ser um espaço de emancipação, onde as diferenças são vistas como fontes de aprendizagem coletiva. Isso implica formar professores críticos, capazes de mediar conflitos e valorizar identidades, bem como envolver a comunidade no projeto pedagógico. Quando a inclusão é entendida como ato político e ético – e não como mera técnica –, ela se torna ferramenta para desconstruir preconceitos e construir uma educação libertadora, em que todos são sujeitos do próprio desenvolvimento (Freire, 1996).

A diversidade, como elemento central da educação inclusiva, exige práticas pedagógicas que respeitem as diferentes culturas, gêneros, etnias e condições físicas ou cognitivas. Segundo Skliar (2003), a diversidade deve ser entendida como uma riqueza, e não como um obstáculo, desafiando a escola a ser um espaço que acolhe e valoriza as diferenças. Essa abordagem está em consonância com o discurso de inclusão presente na Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação para todos.

No contexto da educação infantil, a inclusão tem uma relevância ainda maior, considerando o impacto dessa etapa no desenvolvimento integral da criança. Corsaro (2011) evidencia que a socialização precoce em um ambiente diverso contribui para a formação de valores como a empatia e o respeito ao outro. Isso implica que a educação infantil deve ser planejada para garantir a interação entre crianças de diferentes origens e condições.

Skliar (2003) argumenta que a diversidade não deve ser apenas tolerada, mas celebrada como parte constitutiva do processo educativo. Para o autor, a escola que verdadeiramente abraça a diferença não se limita a adaptar metodologias, mas questiona as próprias estruturas que produzem exclusão. Isso significa repensar desde os materiais didáticos até as avaliações, garantindo que refletem a pluralidade de experiências e saberes dos alunos. Uma educação que se pretende inclusiva precisa, portanto, abandonar a ideia de um “aluno ideal” e reconhecer que cada criança traz consigo histórias, linguagens e formas de aprender que enriquecem o coletivo.

1292

Corsaro (2011) destaca que a educação infantil, como primeiro espaço de socialização fora do núcleo familiar, tem o poder de moldar percepções sobre o outro desde os primeiros anos de vida. O autor defende que a convivência com a diversidade nessa fase não só previne a formação de preconceitos, como também estimula habilidades socioemocionais fundamentais, como a cooperação e a resiliência. Para isso, é essencial que os educadores infantis estejam preparados para mediar conflitos de forma acolhedora e transformar situações cotidianas – como brincadeiras e rotinas – em oportunidades de aprendizado sobre equidade. Quando a escola infantil se torna um microcosmo da diversidade social, ela deixa um legado que ultrapassa o acadêmico: forma cidadãos capazes de atuar em um mundo heterogêneo e em constante transformação.

As políticas públicas para a inclusão, como o Plano Nacional de Educação (PNE), reforçam o compromisso do Estado brasileiro com a garantia do direito à educação para todos. A Meta 4 do PNE (Brasil, 2014) propõe a universalização do atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Essa

diretriz estabelece a inclusão como um eixo central das políticas educacionais, exigindo investimentos em infraestrutura, formação docente e recursos pedagógicos.

Embora o PNE (2014) represente um avanço ao institucionalizar a inclusão como política de Estado, sua efetiva implementação esbarra em desafios estruturais, como a fragmentação das ações públicas e a carência de recursos financeiros. Estudos como os de Mendes (2010) alertam que a simples matrícula de alunos com deficiência na rede regular, sem a devida transformação das práticas escolares, pode resultar em uma “inclusão superficial”. Isso evidencia a necessidade de articular as metas do PNE com políticas intersetoriais que assegurem desde a acessibilidade arquitetônica até a formação continuada de professores, garantindo que a inclusão transcendia o discurso legal e se materialize em práticas pedagógicas efetivamente transformadoras.

Ainda nesse aspecto, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), sancionada em 2015, fortalece o direito à acessibilidade em todos os níveis de ensino (Brasil, 2015). A legislação assegura o atendimento educacional especializado, a formação continuada de professores e a oferta de tecnologias assistivas, reafirmando o compromisso do país com a inclusão.

A LBI (Brasil, 2015) representa um avanço significativo ao tratar a acessibilidade como um direito multidimensional, abrangendo desde barreiras arquitetônicas até pedagógicas e atitudinais. Contudo, como alerta Sassaki (2016, p. 45), “a efetividade da legislação depende de um sistema robusto de monitoramento e aplicação de recursos”, pois muitas instituições educacionais ainda não incorporaram plenamente esses preceitos. Essa lacuna entre o jurídico e o real evidencia a necessidade de articular a LBI com políticas transversais de financiamento e capacitação docente, transformando seu potencial emancipatório em práticas efetivas de inclusão escolar.

1293

Mittler (2003) destaca que a inclusão exige um esforço coletivo e contínuo, envolvendo todos os atores da comunidade escolar. Essa visão dialoga com Freire (1996), que defende a escola como um espaço de transformação social, no qual os educadores desempenham papel fundamental na promoção da equidade e da justiça social. A formação de professores, portanto, deve contemplar não apenas aspectos técnicos, mas também éticos e políticos.

Mittler (2003) e Freire (1996) convergem ao enfatizar que a verdadeira inclusão transcende adaptações pontuais, demandando uma reconstrução radical das relações pedagógicas e do próprio projeto político-pedagógico das escolas. Enquanto Mittler enfatiza a dimensão colaborativa - envolvendo famílias, gestores e alunos no processo inclusivo -, Freire insiste no caráter político da prática docente, que deve questionar estruturas excludentes. Essa dupla perspectiva revela que a formação docente inclusiva precisa articular, indissociavelmente,

competências técnicas para mediação da aprendizagem com uma postura crítica capaz de reconhecer e valorizar as diferenças como eixos estruturantes do processo educativo (Mantoan, 2015).

No entanto, a implementação da inclusão enfrenta desafios significativos, como a resistência cultural e as limitações estruturais das escolas. Segundo Aranha (2000), a ausência de recursos adequados e de formação específica para os docentes compromete a efetividade das políticas inclusivas. Esse cenário reforça a necessidade de investimentos contínuos e de uma mudança de paradigma na forma como a sociedade percebe a inclusão.

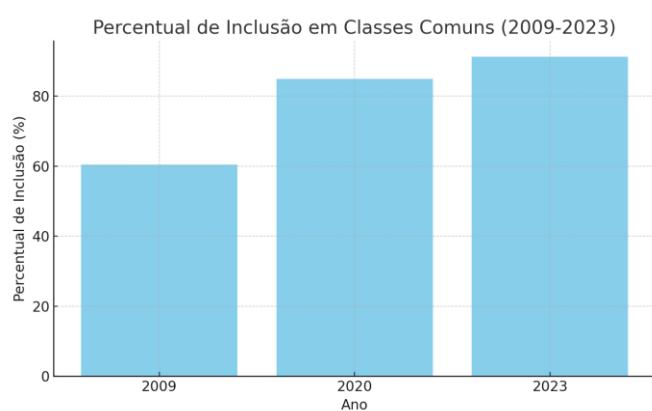
Diante do exposto nota-se que a inclusão na educação infantil é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A escola, como espaço de convivência e aprendizagem, desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades coletivas. Como aponta Freire (1996), a educação inclusiva é, antes de tudo, um ato de amor e compromisso com a transformação social.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A inclusão na educação infantil tem registrado avanços significativos no Brasil, como evidenciado pelos dados do Censo Escolar 2023. O aumento de matrículas de crianças com deficiência em classes comuns reflete os esforços de políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação para todos. De 2009 a 2023, o percentual de inclusão em classes comuns passou de 60,5% para 91,3%, indicando uma transformação estrutural importante no sistema educacional brasileiro. Apesar disso, os desafios para a implementação efetiva da educação inclusiva ainda são evidentes.

1294

Gráfico 1: Percentual de Inclusão em Classes Comuns (2009-2023).



Fonte: Elaborado pela autora com base em INEP (2023).

Nesta etapa crucial para o desenvolvimento integral das crianças, o número de matrículas de crianças com deficiência alcançou 284.847 em 2023, representando um crescimento constante nos últimos anos. Essa tendência é reflexo da ampliação do acesso e da conscientização sobre o direito à inclusão desde os primeiros anos de vida escolar. No entanto, há variações significativas entre as regiões brasileiras, o que evidencia a persistência de desigualdades no acesso a uma educação de qualidade.

Tabela 1: Matrículas de Alunos com Deficiência por Etapa (2020-2023).

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2020	250000	1000000	200000
2021	260000	1050000	210000
2022	275000	1100000	215000
2023	284847	1114230	223258

Fonte: Elaborado pela autora com base em INEP (2023).

A análise dos dados destaca o impacto das políticas públicas voltadas à inclusão, como a criação de salas de recursos multifuncionais e a formação de professores para práticas inclusivas. Entretanto, muitas escolas ainda enfrentam dificuldades para implementar essas iniciativas de forma eficaz. A carência de infraestrutura adequada, como rampas de acesso, banheiros adaptados e recursos pedagógicos específicos, limita a plena participação de crianças com deficiência no ambiente escolar.

1295

Tabela 2: Percentual de Escolas com Infraestrutura Inclusiva por Região.

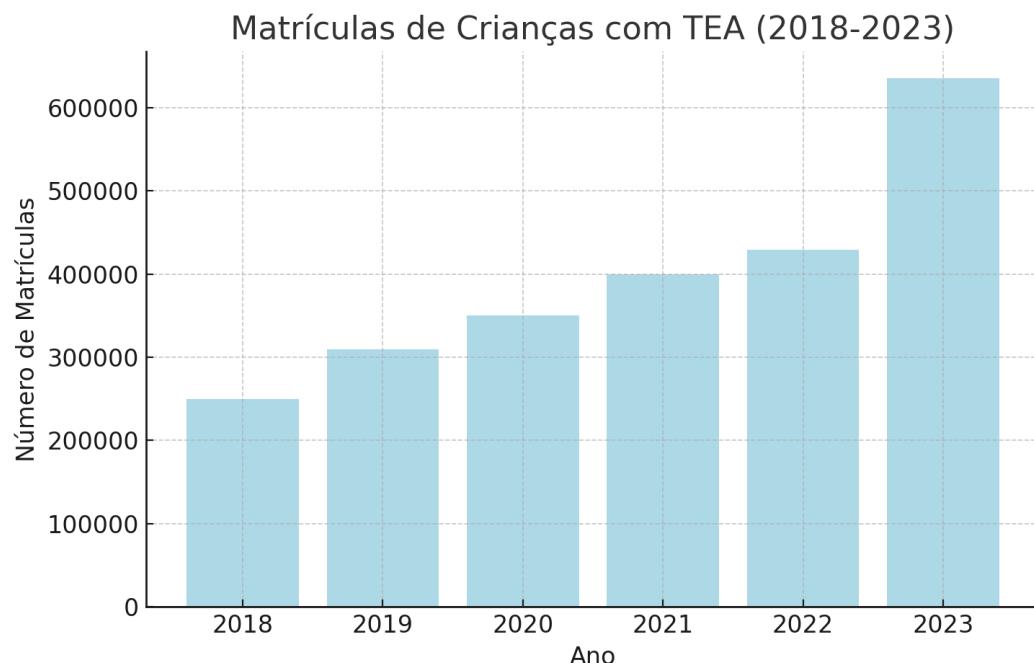
Região	Escolas com Rampas (%)	Escolas com Banheiros Adaptados (%)	Escolas com Salas de Recursos (%)
Norte	55	42	38
Nordeste	60	50	45
Sudeste	80	75	70
Sul	75	70	65
Centro-Oeste	70	60	55

Fonte: Elaborado pela autora com base em INEP (2023).

O aumento de 48% no número de matrículas de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) entre 2022 e 2023 é um indicador positivo, mas também representa um desafio crescente para as escolas. A formação continuada dos professores para lidar com as necessidades

específicas dessas crianças é essencial, mas os dados sugerem que muitos docentes ainda não possuem capacitação adequada. Essa lacuna compromete o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e reforça a necessidade de investimentos mais direcionados.

Gráfico 2: Evolução das Matrículas de Crianças com TEA (2018-2023).



1296

Fonte: Elaborado pela autora com base em INEP (2023).

O gráfico acima destaca o crescimento expressivo, que demanda não apenas maior estruturação das escolas, mas também investimentos na formação docente e no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Nota-se, além disso, uma redução das matrículas em classes especiais na educação infantil, que caíram de 23 mil em 2011 para 9 mil em 2023. Essa mudança aponta para uma transição importante na abordagem da educação inclusiva, priorizando a integração em classes comuns. Contudo, a simples inclusão física em salas regulares não garante a inclusão efetiva, exigindo um trabalho pedagógico que valorize as especificidades de cada criança e promova sua participação ativa no processo de aprendizagem.

As desigualdades regionais permanecem um desafio crítico. Enquanto regiões como o Sudeste apresentam melhores indicadores de inclusão, áreas como o Norte e o Nordeste ainda enfrentam dificuldades significativas, devido à escassez de recursos e à precariedade das escolas.

Essa disparidade reflete a necessidade de políticas públicas mais equitativas, que garantam a alocação de recursos de forma proporcional às demandas regionais.

Além dos desafios estruturais, a inclusão na educação infantil requer uma mudança cultural na comunidade escolar e na sociedade como um todo. O preconceito e a falta de conscientização ainda são barreiras para a plena aceitação e valorização da diversidade. Nesse sentido, é fundamental promover ações de sensibilização e formação para gestores, professores, famílias e alunos, a fim de construir um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

O papel das famílias é outro ponto central para o sucesso da inclusão na educação infantil. A parceria entre escola e família contribui para a superação de barreiras e para o fortalecimento do processo de aprendizagem das crianças com deficiência. No entanto, muitas famílias ainda enfrentam dificuldades para acessar informações e apoio necessários, evidenciando a importância de políticas que garantam suporte às famílias em situações de vulnerabilidade.

Os avanços alcançados até agora, como o aumento das matrículas e o crescimento do percentual de inclusão em classes comuns, devem ser celebrados, mas não podem mascarar os desafios ainda existentes. A educação inclusiva na infância não é apenas uma questão de acesso, mas de qualidade. É essencial garantir que todas as crianças tenham acesso a um ensino que respeite suas especificidades e promova seu pleno desenvolvimento.

O contexto pós-pandemia também trouxe novos desafios para a inclusão na educação infantil. A interrupção das aulas presenciais afetou desproporcionalmente as crianças com deficiência, que muitas vezes dependem de recursos específicos e apoio especializado. Retomar e fortalecer a inclusão nesse cenário exige estratégias inovadoras e investimentos direcionados.

Em síntese, os dados do Censo Escolar 2023 revelam avanços significativos na inclusão na educação infantil, mas também expõem lacunas que precisam ser enfrentadas com urgência. A construção de uma educação inclusiva exige um esforço coletivo de toda a sociedade, desde gestores e professores até as famílias e a comunidade. Apenas com investimentos estruturais, culturais e pedagógicos será possível transformar a inclusão em uma realidade efetiva para todas as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados do Censo Escolar 2023 revelou avanços importantes na inclusão de crianças com deficiência na educação infantil brasileira, como o crescimento contínuo das matrículas em classes comuns e a redução do número de alunos em classes especiais. Esses

resultados refletem os esforços das políticas públicas, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em promover a equidade e garantir o direito à educação inclusiva desde os primeiros anos escolares. No entanto, os desafios identificados mostram que ainda há um longo caminho a percorrer para que a inclusão se torne efetiva em todas as regiões e contextos educacionais.

Embora os números indiquem progressos significativos, como o aumento de 48% nas matrículas de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) entre 2022 e 2023, a análise qualitativa destaca lacunas estruturais e culturais que dificultam a implementação plena da inclusão. As desigualdades regionais, por exemplo, evidenciam que as regiões Norte e Nordeste ainda enfrentam maiores dificuldades relacionadas à infraestrutura escolar e à formação de professores. Tais disparidades refletem a necessidade de políticas públicas mais equitativas e direcionadas para atender às especificidades locais.

Outro aspecto crítico é a falta de formação continuada para os professores, que, em muitos casos, não possuem a capacitação necessária para atender às demandas de uma sala de aula inclusiva. A carência de recursos pedagógicos adaptados e de infraestrutura também limita a plena participação das crianças com deficiência no ambiente escolar. Esses fatores, combinados, tornam a inclusão física insuficiente, exigindo esforços adicionais para promover a inclusão efetiva, baseada na valorização das singularidades de cada criança.

1298

O contexto pós-pandemia também trouxe novos desafios para a inclusão, especialmente no que diz respeito ao acesso à tecnologia e ao suporte pedagógico para alunos com deficiência. A interrupção das aulas presenciais revelou as desigualdades já existentes e destacou a importância de estratégias inovadoras que garantam a continuidade do aprendizado, mesmo em situações de crise.

Diante desse cenário, é imprescindível que as políticas educacionais priorizem investimentos em infraestrutura, tecnologias assistivas, formação docente e programas de apoio às famílias. Além disso, a promoção de uma mudança cultural na escola e na sociedade, por meio de campanhas de conscientização e sensibilização, é fundamental para superar preconceitos e construir uma educação mais acolhedora e diversa.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação entre sociedade e pessoa com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 6, n. 1, p. 103-120, 2000.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 08 jan. 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024): Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 07 jan. 2025.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INEP. **Censo Escolar 2023: Resumo Técnico.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023.

INEP. **Relatório Final do Censo Escolar 2023.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/. Acesso em: 06 jan. 2025.

INSTITUTO ORIZON. **Análise do Censo Escolar 2023: Formação Docente e Matrículas.** Disponível em: <https://institutoorizon.org/blog/censo-escolar-2023-docentes/>. Acesso em: 06 jan. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: 1299 Moderna, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 387-405, set./dez. 2010.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contexto social.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: a construção de uma sociedade para todos.** 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2016.

SKLIAR, C. **A educação que nega as diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.